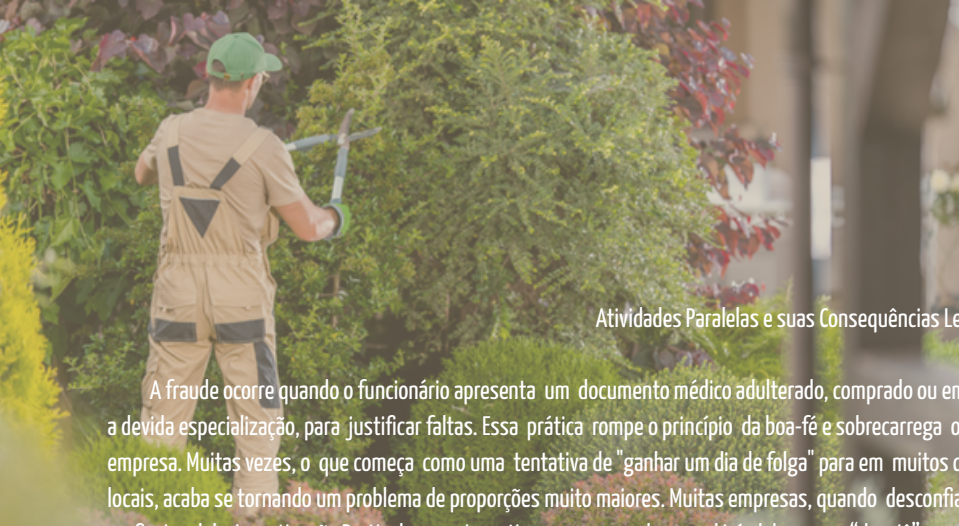




Atividades Paralelas e suas Consequências Legais

A fraude ocorre quando o funcionário apresenta um documento médico adulterado, comprado ou emitido sem uma consulta real ou realizada por profissionais sem a devida especialização, para justificar faltas. Essa prática rompe o princípio da boa-fé e sobrecarrega os colegas, prejudicando o clima organizacional e a operação da empresa. Muitas vezes, o que começa como uma tentativa de "ganhar um dia de folga" para em muitos casos, desempenhar atividades laborais remunerados em outros locais, acaba se tornando um problema de proporções muito maiores. Muitas empresas, quando desconfiam que esse tipo de situação está acontecendo, contratam um profissional de Investigação Particular para investigar o empregado, o qual irá elaborar um "dossiê" que será entregue ao empregador, para que o mesmo possa então, em caso de confirmação do ilícito, tomar as devidas providências cabíveis.

No âmbito das consequências legais, o impacto é severo: a empresa pode aplicar a demissão por justa causa (Art. 482 da CLT) por ato de improbidade. Além disso, o empregado pode responder criminalmente por falsidade ideológica ou uso de documento falso, com penas que podem chegar a reclusão e multa. A verificação da autenticidade pelos RHs está cada vez mais eficiente, transformando a tentativa de enganar em um risco jurídico e profissional altíssimo.



VOLTAR